



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 91 DE 23.11.2017.**

**ASSUNTO: PROJETO DE LEI – CRIA O PROGRAMA “EMPRESA AMIGA DO ESPORTE E LAZER” NO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, NA FORMA QUE ESPECIFICA.**

**AUTORIA: VEREADOR SR. PAULINHO DOS CONDUTORES.**

**PARECER Nº 569 – RRV – SAJ – 11/2017**

## **I- RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Nobre Vereador Sr. Paulinho dos Condutores, que ***cria o Programa “Empresa Amiga do Esporte e Lazer” no Município de Jacareí, na forma que especifica.***

Acompanhando o referido Projeto de Lei, segue Justificativa que embasou a iniciativa do Nobre Camarista, cujo objetivo é, ***em apartada síntese, “criar um mecanismo de colaboração ao Município pelas empresas que valorizam o esporte e o lazer e possuem responsabilidade social”.***

O presente Projeto foi remetido a essa Consultoria Jurídico-Legislativa para estudo jurídico.

***É a síntese do necessário. Passamos a análise e manifestação.***

## **II – FUNDAMENTAÇÃO:**

Analisando a presente propositura, ***entendemos, salvo melhor juízo,*** não haver vícios de constitucionalidade e/ou legalidades que impossibilitem a sua regular tramitação legislativa. Senão vejamos.

A Constituição Federal, no seu artigo 30, incisos I e II, disciplina a competência legislativa Municipal, restringindo-a às peculiaridades e necessidades ínsitas à localidade:

***“Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;”.***



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



A iniciativa legislativa, segundo o artigo 38 da Lei Orgânica do Município, cabe a qualquer Vereador, **não sendo, a presente material, exclusiva da atuação Executiva local.**

Em relação à espécie normativa apresentada - **Projeto de Lei Ordinária** - também não encontramos óbice constitucional, legal e regimental que macule a veiculação da matéria na espécie normativa escolhida.

Quanto ao texto apresentado na respeitável propositura, não verificamos qualquer falha redacional que possa prejudicar a interpretação da futura Lei. Porém, o parágrafo único do artigo 3º, poderá encontrar obstáculo diante do disposto no inciso III, do artigo 40, da Lei Orgânica do Município, que assim estabelece:

***“Artigo 40 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:***

***III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias<sup>1</sup> ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública;”.***

“Termo de Parceria” é um instrumento de contrato que pode ser realizado pelo Poder Público com as empresas de iniciativa privada, visando cooperação entre as partes. Assim sendo, atribuir à “Secretaria competente” a realização desse “termo”, além de impor a emissão de certificado às empresas participantes do programa, pode esbarrar nas atribuições legislativas exclusivas do Chefe do Executivo Local.

No mais, a matéria veiculada na presente propositura, **no nosso entendimento, e s.m.j., encontra-se de acordo com os ditames constitucionais e legais, não havendo, inicialmente,**

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



qualquer impedimento para a veiculação legislativa, posto que cabe ao Poder Público apoiar e incentivar o esporte e o lazer como formas de integração social.

*Apenas por amor à argumentação, outros municípios da federação já aprovação projeto de lei idêntico ao ora analisado, como os municípios de Blumenau, Foz de Iguaçu e Taubaté (consoante documentação anexa).*

### **III - CONCLUSÃO**

Posto isto, e tendo em vista todo o acima exposto, entendemos, s.m.j., que o presente Projeto de Lei poderá prosseguir, submetendo-se, contudo, a um turno de discussão e votação, necessitando, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria dos membros da Câmara Municipal, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Antes, porém, deve ser objeto de análise das **Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e Educação, Cultura e Esportes.**

***Sem mais para o momento, é este o nosso entendimento, sub censura.***

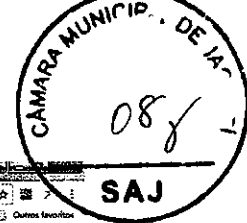
À análise da autoridade competente.

Jacaré, 27 de novembro de 2017.

**Renata Ramos Vieira**

**Consultor Jurídico-Legislativo**

**OAB/SP nº 235.902**



Blumenau, 27 de Novembro de 2017

Buscar no portal... Buscar

Assim é Blumenau

Facebook Twitter Instagram

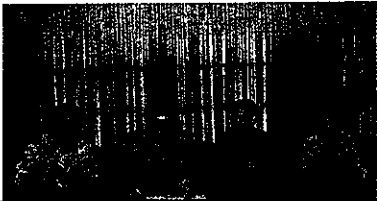
[Início](#) [Blumenau](#) [Governo](#) [Servidores](#) [Serviços](#) [Transparência](#) [Utilidades](#) [Contato](#)

Você está em: Governo >> Fundação Municipal de Desportos

### Prefeito sanciona lei que cria o programa Empresa Amiga do Esporte e do Lazer

Projeto prevê que empresas possam investir em melhorias no setor de esporte e lazer.

[Curtir 0](#) [Tweet](#) [+](#) [Enviar](#)



O prefeito Napoleão Bernardes assinou a lei que cria o programa Empresa Amiga do Esporte e do Lazer. O ato ocorreu na manhã desta quinta-feira, dia 13, no gabinete, e contou com a presença do vice-prefeito Mario Hildebrandt, do presidente da Fundação Municipal de Desportos (FMD), Egidio Beckhauser, e do vereador Almir Vieira, autor da lei.

A lei prevê que empresas possam ajudar o setor de esporte e lazer a se desenvolver.

#### Últimas Notícias

**Segunda-Feira, 27 de Novembro de 2017**

08:21 **Exposição conta os 60 anos do Museu da Família Colonial**  
A mostra ficará disponível de 30 de novembro de 2017 a 1º de junho de 2018.

07:54 **Previsão do tempo para esta segunda-feira, dia 27**  
Temperatura máxima oscilando entre 24°C e 26°C.

**Sexta-Feira, 24 de Novembro de 2017**

17:52 **Comissão vai organizar atos em memória à tragédia da 2008**  
Criação foi aprovada nesta quinta, dia 23, exatos nove anos após o ápice da tragédia.

17:34 **Convênios viabilizam digitalização da Revista Blumenau em Cadernos**  
Município de Blumenau e governo do Estado acertam colaboração técnica.

17:23 **Malas ruins recebem adequação do limite de velocidade**



Projeto de Lei cria Progr...  
avozdacidade.com/projeto-de-lei-cria-programa-empresa-amiga-da-escola/

Apps Bookmarks Câmara Jacaré Nota Previdência Jacaré Tribunal de Contas do RJ Cursos Online para C TV Câmara Jacaré - 1 Equilíbrio Econômico Governos à Revista www.azemtgouveir... Outros links

FALE CONOSCO SIGA A VOZ DA CIDADE

**A Voz da Cidade**

Home Notícias & Notícias Editoriais Colunistas Variedades Colunistas

Home / Política / Projeto De Lei Cria Programa Empresa Amiga Da Escola

Política

## Projeto de Lei cria Programa Empresa Amiga da Escola

**VOLTA REDONDA**

Foi aprovado pela Câmara de Vereadores na última segunda-feira um projeto de lei de autoria do Executivo que cria o Programa Empresa Amiga da Escola. Com a medida, as escolas municipais poderão receber ajuda de empresas para manutenção, conservação, obras. O projeto Senuca Silva (Podemos) informou que o objetivo é que pessoas jurídicas possam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na rede pública, estimulando o envolvimento e a participação da sociedade.

"A ideia de solidariedade que visa o programa Empresa Amiga da Escola é uma importante forma de cooperação para auxiliar o desenvolvimento do ensino em Volta Redonda, através de ações conjuntas com o setor privado", destacou Senuca.

Está contido no projeto de lei que as pessoas jurídicas participantes poderão divulgar com fins promocionais e publicitários as ações praticadas em benefício da escola adotada. "O Poder Executivo não terá ônus de nenhuma natureza e não concederá nenhuma outra vantagem às empresas participantes do programa Empresa Amiga da Escola, além das condições contidas na lei", disse o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Joelito Mapalhões, frisando que não será permitida a

**EDIÇÃO DIGITAL**

**A Voz da Cidade**

Revista mensal de notícias e informações de Volta Redonda

**Veja a Edição Digital do Jornal**

**ESPECIAIS**



www.LeisMunicipais.com.br

## LEI Nº 5351, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

### **Cria o Programa "Empresa Amiga do Esporte e Lazer" no Município de Taubaté, na forma que especifica.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o Programa "Empresa Amiga do Esporte e Lazer", com o propósito de estimular as pessoas jurídicas a contribuírem para melhoria da qualidade do esporte e lazer no município.

**Art. 2º** A participação das pessoas jurídicas no programa dar-se-á sob a forma de doações de materiais, realização de obras de manutenção, conservação, reforma e ampliação dos próprios desportivos municipais ou de outras ações que visem beneficiar o esporte e o lazer municipais.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas firmarão Termo de Parceria com o Poder Executivo, através da Secretaria competente, que expedirá o título "Empresa Amiga do Esporte e Lazer do Município de Taubaté".

**Art. 3º** As pessoas jurídicas participantes com o programa poderão divulgar, com fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício do Esporte e do Lazer, inclusive a colocação de placas ou outdoors nos próprios para divulgação.

**Art. 4º** O Poder Público não terá ônus de nenhuma natureza e não concederá quaisquer prerrogativas às empresas participantes desse programa, além das previstas no art. 3º desta Lei.

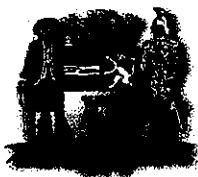
**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 31 de outubro de 2017, 378ª da fundação do Povoado e 372ª da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

José Bernardo Ortiz Monteiro Junior  
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o publicado no Jornal Voz do Vale do dia 1º de novembro de 2017.

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 08/11/2017*



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE  
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



## Projeto de Lei nº 091/2017

**EMENTA:** *Projeto de Lei Ordinária apresentado por Parlamentar que cria o Programa “Empresa Amiga do Esporte e Lazer” no município de Jacareí. Constitucionalidade. Legalidade. Viabilidade. Recomendação.*

### DESPACHO

Aprovo o parecer de nº 569 – RRV – SAJ – 11/2017 (fls. 05/07) por seus próprios fundamentos.

Assim, a fim de adequar a propositura a melhor técnica legislativa, recomenda-se a **supressão** do parágrafo único, constante do artigo 2º da propositura, ante a incompatibilidade do dispositivo com o disposto pelo artigo 40, inciso III, da LOM.

A alteração supra poderá ocorrer por meio de EMENDA ou SUBSTITUTIVO.

Ao Setor de Proposituras para prosseguimento.

Jacareí, 27 de novembro de 2017.

**Jorge Alfredo Cespedes Campos**

*Secretário-Diretor Jurídico*